

Nuno Melo

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, por ocasião da
Sessão de Encerramento do Curso de Defesa Nacional**

Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 9 de maio de 2024

Senhor General, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas,

Senhor Presidente da Comissão de Defesa Nacional,

Senhora Secretária de Estado da Defesa Nacional,

Senhora Embaixadora, Secretária-Geral do Sistema de Informações da
República Portuguesa,

Senhor Brigadeiro-General, Presidente da Autoridade Nacional de
Emergência e Proteção Civil,

Senhor Diretor Nacional da Polícia Judiciária,

Senhor Embaixador, Diretor-Geral da Comunidade dos Países de
Língua Portuguesa,

Senhora Diretora do Instituto de Defesa Nacional,

Senhores Diretores e Dirigentes do Ministério da Defesa Nacional,

Senhores Oficiais Gerais em representação dos Chefes do Estado-
Maior da Armada, Força Aérea, Exército, Comandante-Geral da GNR e
do Diretor Nacional da PSP,

Demais entidades Civas e Militares,

Caros Auditores e Auditoras dos Cursos de Defesa Nacional 2022/2023
e 2023/2024,

Minhas Senhoras e meus Senhores.

É com muito gosto que estou aqui hoje no Instituto da Defesa Nacional, pela primeira vez desde que assumi funções como Ministro da Defesa Nacional, para assinalar convosco o encerramento da quadragésima oitava (48ª) edição do Curso de Defesa Nacional. Esta é, por isso, uma circunstância de especial simbolismo para mim, refletindo a importância que atribuo a este Instituto, cujo trabalho de excelência merece continuar a ser valorizado.

A elevada qualidade da reflexão produzida pelo IDN sobre a segurança e a defesa do nosso país e do contexto internacional é apenas possível devido ao enorme empenho e dedicação dos seus colaboradores, civis e militares, e da Diretora Professora Doutora Isabel Nunes, a quem gostaria de endereçar os meus cumprimentos e o meu reconhecimento.

Expresso, igualmente, o meu apreço à Direção do Curso, assim como a todos os que estiveram envolvidos na sua preparação e lecionação.

Mas as minhas palavras de hoje dirigem-se principalmente aos Auditores de Defesa Nacional que concluem este curso com o seu saber reforçado e com uma missão renovada.

Os Auditores de Defesa Nacional representam um conjunto de pessoas – civis e militares, do Estado, das autarquias locais, do meio académico, setor privado... – que assumem um papel vital na promoção de uma cultura de segurança e defesa. No contexto das suas instituições, os Auditores trazem um contributo fundamental para a disseminação e aprofundamento do conhecimento sobre a Defesa Nacional no conjunto da nossa sociedade.

Aproveito esta referência para saudar de forma entusiasta também os Auditores aqui presentes oriundos de Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, cuja presença muito nos honra.

Neste fechar do ciclo formativo do Curso de Defesa Nacional de 2023/2024, permitam-me aproveitar esta oportunidade para

reafirmar os importantes desafios que enfrentamos atualmente, assim como as respostas que nos propomos desenvolver através dos eixos estruturantes da nossa ação governativa, que contarão, naturalmente, com o apoio inestimável do IDN.

A Defesa Nacional, tal como a nossa política externa, é uma área de soberania marcada por um enorme consenso em termos de pressupostos e de prioridades mais transversais. E isso confere-lhe uma estabilidade essencial para continuarmos a projetar Portugal como ator relevante de segurança e defesa.

Começaria, então, por olhar para um dos principais desafios que marcam o sistema internacional nos dias de hoje e que tem importantes repercussões para a política de Defesa Nacional.

A enorme volatilidade e incerteza que caracterizam o contexto geoestratégico internacional têm resultado numa pressão sem precedentes sobre a ordem multilateral com base em regras e sobre

as principais instituições que a ancoram, em especial a Organização das Nações Unidas. No ano em que Portugal celebra 65 anos de participação em missões e operações de paz da ONU, somos levados a reconhecer que esta organização representa um dos pilares do nosso sistema de alianças e parcerias e, a par com a NATO e a União Europeia, constitui um dos principais garantes da nossa segurança e prosperidade coletivas.

Este ano celebramos, igualmente, o septuagésimo quinto (75º) aniversário da NATO.

Trata-se de um momento especialmente emblemático face ao conflito na Ucrânia, que afetou profundamente a arquitetura de segurança do espaço transatlântico. Nesta efeméride, somos chamados a recordar a importância vital que a Aliança Atlântica representa para a nossa defesa coletiva, tanto em termos territoriais, como em termos dos valores e ideais que defendemos.

E é por isso que um dos grandes objetivos do meu mandato é o compromisso com o reforço do vínculo transatlântico, ocupando a preparação da Cimeira de Washington um lugar de destaque na nossa agenda.

Temos trabalhado no sentido da implementação plena de novas iniciativas, como os planos regionais aprovados em Vílnius ou o Plano de Ação da NATO para a Produção de Defesa. Temos garantido a regularidade das reuniões do Conselho NATO-Ucrânia, na qual, aliás, participei recentemente.

E estamos particularmente atentos às propostas que o Secretário-Geral irá propor aos Aliados com base no relatório do Grupo de Peritos sobre o reforço da cooperação com os nossos parceiros a Sul, cujo processo tem sido liderado por uma académica portuguesa, a Professora Doutora Ana Santos Pinto. Portugal está presente. Portugal cumpre.

Em paralelo com a ONU e a NATO, também os processos em curso na União Europeia têm merecido a nossa melhor atenção, em especial a concretização das várias iniciativas contempladas na Bússola Estratégica, a discussão em torno da nova Estratégia Industrial de Defesa Europeia e do regulamento para um ambicioso Programa Europeu de Investimento na Defesa, e ainda o reforço das missões e operações da Política Comum de Segurança e Defesa.

Ainda ontem tive o privilégio de assistir a uma sessão de fogos reais no âmbito do exercício ORION24, que decorreu no Campo Militar de Santa Margarida.

Um dos objetivos deste exercício, conjunto e combinado, foi a avaliação do Comando e Estado-Maior da Brigada Mecanizada, que integrará o *Battlegroup* da União Europeia do qual Portugal será *Framework Nation* a partir de 2025.

Para além da nossa participação em missões da ONU, da NATO e da UE, é também importante relevar a importância das missões e programas de Cooperação no Domínio da Defesa com os nossos parceiros dos países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste, orientados para o reforço dos laços que nos unem. Acresce a esta cooperação bilateral a nossa participação ativa na componente de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, enquanto ativo estratégico dinamizador dos nossos interesses nacionais.

Minhas senhoras e meus senhores,

Hoje, 9 de maio, celebramos os 74 anos da Declaração Schuman, que destacava os valores da paz, solidariedade e desenvolvimento económico e social. Hoje, 9 de maio, celebramos o Dia da Europa, exatamente a um mês dos Portugueses serem chamados a votar para o Parlamento Europeu. O contexto securitário é desafiante: da Ucrânia, à Palestina, passando pelo Golfo Pérsico, África e Américas,

não esquecendo o Indo-Pacífico, a Europa que hoje celebramos parece estar a ser desafiada nos seus princípios fundacionais.

E à luz destes enormes desafios que enfrentamos e da necessidade de potenciar as nossas parcerias e alianças, a adoção e implementação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, em linha com o Conceito Estratégico da NATO e a Bússola Estratégica da União Europeia, torna-se inevitável e desejável.

Em simultâneo, importa garantir o reforço da participação em missões internacionais com Forças Nacionais Destacadas e Elementos Nacionais Destacados, no contexto dos nossos compromissos multilaterais e bilaterais.

Com efeito, este reforço passa por uma valorização deste papel internacional desempenhado pelas nossas Forças Armadas, em

paralelo com a valorização do importantíssimo contributo na resposta às emergências complexas.

Mas, a estes desígnios subjaz a necessidade premente de garantir uma capacidade acrescida de atração e recrutamento – nomeadamente através de incentivos – e principalmente de manutenção e desenvolvimento das carreiras profissionais dos nossos militares. E a valorização daqueles que escolheram servir Portugal e os Portugueses através das Forças Armadas passa, igualmente, pela dignificação dos nossos Antigos Combatentes.

Já o disse noutras ocasiões e reitero aqui: dignificar e respeitar os Antigos Combatentes é essencial.

Trata-se de uma obrigação e de uma responsabilidade permanentes do Estado e de toda a sociedade portuguesa. Nesse sentido, estamos a trabalhar diligentemente para consolidar os apoios que lhes são atualmente concedidos.

É cada vez mais evidente que as despesas do Estado Português em Defesa não constituem um gasto supérfluo, mas antes um investimento inevitável em capacidades vitais para proteger os nossos cidadãos, e um investimento claro com retorno para a economia do País.

Importa garantir uma execução atempada e rigorosa da Lei de Programação Militar, a par com o estudo de soluções para o melhor aproveitamento do amplo património edificado da Defesa Nacional, de modo a garantir a sua rentabilização e salvaguardar soluções adequadas de alojamento militar.

Em simultâneo, importa desenvolver uma Indústria de Defesa competitiva a nível internacional, com uma capacidade de exportação reforçada e uma maior integração nas cadeias de fornecimento dos grandes fabricantes. Nestes processos, a promoção da participação de

empresas portuguesas em consórcios de investigação, desenvolvimento e produção é fundamental.

Precisamos de uma Indústria de Defesa moderna e capaz de produzir mais e melhor, salvaguardando o desenvolvimento tecnológico. Precisamos de um maior envolvimento do tecido empresarial português que constitui a Base Tecnológica e Industrial de Defesa no reequipamento das nossas Forças Armadas. Estamos a trabalhar nesse sentido.

Nem a proliferação de emergências complexas, nem a corrida pela inovação tecnológica mostram sinais de abrandamento. Portugal precisa de estar preparado.

É necessário investir nos novos domínios operacionais do Espaço e do Ciberespaço, reforçando a resiliência nacional, incluindo através da promoção de atividades de produção e de prestação de serviços,

formação e conhecimento associados, em conjunto com os nossos Parceiros e Aliados.

E precisamos de investir também na educação e na literacia de Defesa. Só dando a conhecer a importância vital desta área governativa à sociedade portuguesa é que conseguiremos o nível de legitimidade social de que necessita. O trabalho do IDN concorre, precisamente, para este fim. E é aqui que os Auditores da Defesa Nacional fazem a diferença, não só na disseminação dos temas da Defesa Nacional, mas também no apoio à tomada de decisão.

Estou certo de que a Defesa Nacional continuará a contar com o precioso contributo tanto do IDN quanto das Senhoras e senhores auditores aqui presentes. Muito obrigado.